

O desenvolvimento do Programa “Mais Educação” em Colégios estaduais de Curitiba

Geovany Junior Pereira de Souza
Léia de Cássia Fernandes Hegeto

Resumo

O “Programa Mais Educação” ofertado pelo Governo Federal desde 2008 visa favorecer o atendimento à alunos das escolas públicas brasileiras a partir da implantação de escolas de tempo integral. O Programa tem como proposta o viés de ser integral e seu atendimento acontecem nas escolas publicas do Brasil. Diante do tema, apresenta-se a problemática a ser respondida: Quais os impactos da implantação do Programa Mais Educação em relação a Educação Integral dos alunos, em colégios do município de Curitiba? Para responder a esta problemática, colocou-se como objetivo geral: Compreender se a implementação do Programa Mais Educação atingiu os objetivos propostos pelo Governo Federal, no que se refere a uma formação integral em colégios estaduais de Curitiba. Este artigo apresenta resultados parciais de um trabalho de conclusão de curso. Tem como objetivo analisar a importância e as especificidades da educação integral no Programa Mais educação ofertado pelo Governo Federal. O método se dá através de pesquisa qualitativa e bibliográfica de teóricos que abordam a integralidade educacional. Enquanto resultados parciais verificou-se a partir da bibliografia levantada o entendimento do ser humano como um ser integral que necessita de estímulos em todas as áreas inerentes a vida humana. Possibilitando assim, a emancipação do sujeito e para que se torne um agente transformador do meio onde vive. O Programa visa a qualidade do ensino, porém existem pontos a serem melhorados, para que a educação integral aconteça de forma efetiva no Brasil.

Palavras-chave: Educação Integral; programa mais educação; escola pública.

Abstract

This article deals with the partial result to a course conclusion work. With the theme: Development of the "More Education Program" in state schools in Curitiba. The program has the bias to be full, their care takes place in public schools in Brazil. On the subject, shows the problem to be answered: What are the impacts of the implementation of the More Education Program regarding Integral Education of students in schools in the city of Curitiba? To answer this problem, took the general objective: To understand the implementation of the More Education Program reached the objectives proposed by the Federal Government with regard to full training. The chosen goals are threefold: To analyze the importance and specificity of integral education, integral formation of students; demonstrate the characteristics and forms of program organization More education offered by the Federal Government; Presenting the results of the analysis carried out in interviews and field observations. The method is through research of theoretical frameworks that address the educational completeness, field research will be through qualitative research. So by the research conducted to date, we believe that the human being is a whole, and needs to stimuli in all areas inherent in human life, in such a way to promote emancipation, so that the person can be a transforming agent environment where they live. The program comes with a good proposal, but there are points to be improved so that comprehensive education happen effectively in Brazil.

Keywords: Education integrate; program more education; public school.

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como finalidade analisar o desenvolvimento do Programa “Mais Educação” em colégios estaduais de Curitiba. O Programa que tem o viés de ser de educação integral é ofertado pelo Governo Federal e visa favorecer o atendimento à alunos das escolas públicas brasileiras. Buscar-se-á identificar as melhorias, ou seja, se têm ocorrido a integralidade do ensino e os desafios para que o ensino integral realmente aconteça de forma emancipadora.

Para isso são apresentadas definições de conceitos básicos, como Educação Integral (EI), Escola em Tempo Integral (ETI), para que possa ser definido, avaliado e reavaliado os reais sentidos/significados da Educação Integral, igualitária e para todos. Então, delimitou-se como campo de pesquisa, o desenvolvimento da Educação Integral no Programa “Mais Educação” implantado a partir de 2008, em colégios estaduais de Curitiba, no estado do Paraná, a luz dos estudos e produções teóricas sobre a temática.

O tema proposto foi escolhido pela relevância da temática e a necessidade de investigar a Educação Integral no Programa, para identificar e avaliar fatores que influenciam no desenvolvimento dos alunos em sua totalidade, dentro do contexto da concepção de Educação Integral e da concepção de Escola de Tempo Integral. Assim buscou-se conhecer suas possibilidades, desafios e seu histórico produzido cientificamente através dos teóricos e as práticas realizadas.

A educação integral defendida pela Constituição de 1988 e referenciais teóricos não ocorre somente dentro da escola, mas para além dos muros da mesma, contribuindo assim para uma educação humanizadora, crítica e emancipadora, de forma a democratizar o acesso educacional ao conhecimento produzido nas escolas. Diante dessa preocupação, apresenta-se a problemática a ser respondida na pesquisa: Quais os impactos da implantação do Programa Mais Educação em relação a Educação Integral dos alunos, em colégios do município de Curitiba?

Para responder a esta problemática, colocou-se como objetivo geral: Compreender se a implementação do Programa Mais Educação atingiu os objetivos propostos pelo Governo Federal, no que se refere a uma formação integral.

Como objetivos específicos: - Analisar a importância e as especificidades da educação integral, na formação integral dos alunos; - Demonstrar as características e as formas de organização do Programa Mais Educação ofertado pelo Governo Federal; - Apresentar o resultado das análises realizadas nas entrevistas e observações de campo.

1.1 MÉTODO

Esta pesquisa se dá a partir, de análise dos referenciais teóricos como Ribeiro, Teixeira, Cavaliere, dentre outros que abordam o assunto sobre a integralidade educacional. A pesquisa de cunho qualitativo, apoia-se na proposta de Gil (2007, p. 114) que afirma que as pesquisas são “utilizadas em estudos exploratórios, com o propósito de proporcionar melhor compreensão do problema, gerar hipóteses e fornecer elementos para a construção de instrumentos de coleta de dados” e a Observação Simples, que Gil (2007, p. 122), apresenta como uma das melhores maneiras de se obter resultados. Porque a “coleta de dados por observação é seguida de um processo de análise e interpretação, o que lhe confere a sistematização e o controle requeridos dos procedimentos científico”.

2. EDUCAÇÃO INTEGRAL

Para tratar do Projeto Mais Educação do Governo Federal, se faz necessário a análise de conceitos como, Educação Integral (EI) e Escola em Tempo Integral (ETI). Sobre o termo “Integral”, de acordo com o dicionário, o significado remete-nos à totalidade, por inteiro, ou seja, uma educação que vise a formação do sujeito em sua totalidade, em todas as dimensões (cognitivo, afetivo, social, cultural e político).

Portanto para promover o ensino-aprendizagem de uma pessoa é necessário o envolvimento e articulação de várias pessoas, tempos e espaços educativos. Pois, somos humanos completos, com múltiplas características, necessidades e possibilidades de aprendizagens. Cabe-nos analisar a partir das discussões de pesquisadores da área da educação, se o conceito de totalidade está presente nas propostas de uma Educação Integral e de Escola de Tempo Integral.

2.1 CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO INTEGRAL

Por meio dos avanços históricos o homem vem compreendendo que ele é um ser completo e por isso se faz cada vez mais necessário o aprofundamento dos conhecimentos sobre a educação de forma integral e a Constituição Federal¹ vigente fala sobre isso em forma de Lei, a Educação Integral também está contemplada em documentos legais como a atual Lei de Diretrizes e Bases (LDB) Lei nº 9.394, de 20 de

¹ Constituição Federal de 1988

Dezembro de 1996, expressa o indivíduo como um ser completo e no Art 1º diz que a educação abrange todos os conhecimentos e vivências do indivíduo no meio social.

No que se refere ao papel da educação na formação dos sujeitos, foi apontado no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA²), que as crianças e os adolescentes são seres completos que tem seus direitos assegurados em lei. Este Estatuto que visa o desenvolvimento completo do indivíduo dispõe em seu Art. 3º que: “A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei”

Essa preocupação também foi apontada nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCNs) de 2010, que em seu Art. 5º diz que: “O direito à educação, entendido como um direito inalienável do ser humano, constitui o fundamento maior destas diretrizes”. Este artigo contempla o indivíduo como um ser completo, que é a visão e objetivo da formação integral. O Parágrafo quarto dessa Diretriz aponta que a educação escolar deve estar engajada em promover a igualdade, o acesso, a permanência e o sucesso escolar dos alunos.

Sobre a Educação Integral (EI), também se remete a ideia e preocupação em responder as necessidades educativas que surgem no dia a dia das escolas no Brasil, produzindo propostas de ações que de acordo com Cavaliere (2002, p.250) “possa representar uma contribuição ao processo de democratização da instituição escolar pública e não uma reafirmação de seu caráter discriminatório”

Segundo Fank (2010), a EI deve ocorrer de uma forma completa, portanto é necessário que tal educação seja sistematizada, elaborada, humanizadora, para transformação social e não somente visando a inserção do indivíduo na sociedade. Deste modo, a proposta de EI, tenta contemplar todos os conhecimentos historicamente acumulados pelo ser humano. O sujeito cria saberes e se apropria do que já foi produzido pelo conjunto dos homens, na sua condição histórica, por isso a importância da formação abranger o ser humano em sua totalidade, e não de forma fragmentada.

Cavaliere (2002), diz que a educação ocorre a partir de intencionalidades, nunca é neutra, portanto para que a efetiva ação transformadora ocorra na sociedade ocorra, é necessário que haja a democratização do espaço escolar, ou seja, dentro e fora, para

² Lei Nº 8.096, de 13 de Julho de 1990.

além do espaço escolar, envolvendo toda a comunidade. Sendo assim, a proposta de integralidade tem o viés de ser inovador e transformador.

Portanto, a Educação Integral nas escolas deverá ser organizada sem a fragmentação de tempos ou dos componentes curriculares. Cria-se assim a extrema necessidade da correlação ou a transversalidade dos mesmos. Torna-se necessário a reformulação do currículo e a modificação da proposta pedagógica da instituição de ensino, realizando assim a proposta integral de ensino e a socialização do conhecimento de forma efetiva para a formação integral do sujeito.

O ambiente escolar deve focar no aluno, no indivíduo que através das mediações, interações em sua própria vida e em sala de aula, produz conhecimento científico, se situa historicamente e a cada etapa supera os saberes promovendo-os. Ou seja, o aluno não é um mero expectador na instituição de ensino, mas é reconhecido como ator principal e quanto mais ele se envolve e se aprofunda neste cenário como protagonista, cheio de questionamentos a serem explorados, melhor será essa formação integral. E para isto é necessário que o aluno possa “Assumir-se como ser social e histórico, como ser pensante, comunicante, transformador, criador, realizador de sonhos, capaz ter raiva porque capaz de amar” (FREIRE, 1996, p. 41).

Cabe ao coletivo de formadores, considerar o aluno como um ser humano completo, ou seja, que tem uma cultura própria oriunda da sua formação familiar, formas de pensar e de agir próprias de seu cotidiano no imediatismo de seu dia a dia, que é capaz de identificar suas potencialidades e suas dificuldades, através da reflexão e do autoconhecimento.

Partindo deste ponto, é importante propiciar uma formação em que o próprio indivíduo possa compreender as lacunas em seu desenvolvimento no nível intelectual, físico, emocional, social, cultural. É dever do estudante, procurar ser um filósofo no quesito curiosidade, participar ativamente da proposição de formas de aulas atrativas e projetos educativos que proporcionem oportunidades educativas que respondam às suas expectativas, assumindo o papel de coautores do seu processo de formação.

Curiosidade essa que deve ser explorada e incentivada pelo professor, e que quando “resolvida” não perde a essência, mas deixa de ser senso comum, sobre isso Freire (1996, p.31) se expressa dizendo que:

Na verdade, a curiosidade ingênua que, “desarmada”, está associada ao saber do senso comum, é a mesma curiosidade que, criticizando-se, aproximando-se de forma cada vez mais metodicamente rigorosa do objeto cognoscível, se torna curiosidade epistemológica. Muda de qualidade, mas não de essência.

Entende-se a partir daí que se o aluno tem um grande papel nesse processo, o professor também tem um papel fundamental na formação integral dos sujeitos. O professor deve buscar um maior comprometimento, estar engajado, pronto a mediar o conhecimento, propiciar ferramentas, elaborar métodos que promovam a reflexão, práticas críticas que de acordo com Freire (1996), implicam em pensar, e que envolve um movimento dinâmico, dialético, entre a prática e o refletir sobre a prática. Estes pontos são necessários para que a formação emancipadora do sujeito aconteça de forma efetiva, com a jornada escolar ampliada ou não.

Este profissional compromissado necessita ter algumas características como: uma formação crítica, reflexiva, mediadora do conhecimento, autônoma, voltada a pesquisa, com o objetivo de proporcionar aos alunos um ensino-aprendizagem emancipador. De maneira que possa promover a partir das relações teoria e prática, interdisciplinaridade, atuação no ambiente escolar, participação crítica e apropriação do conhecimento, metodologias e métodos ativos, estímulos de aprendizagem que contribua para uma educação de qualidade. (MORAES, TORRIGLIA, 2003).

Para uma atuação comprometida com a formação integral dos alunos, o professor, necessita construir uma identidade docente comprometida com a formação do aluno, assim como construir os saberes da docência. Tardif (2002) a esse respeito pontua cinco saberes necessários a docência: Saberes pessoais; estão são os adquiridos ao longo dos anos, Saberes provenientes da formação escolar anterior; conhecimentos explorados desde os anos bases da educação até o ensino médio, que precede o superior. Saberes provenientes da formação profissional para o magistério, estes são os cursos de graduação, cursos de licenciaturas. Saberes provenientes dos programas e livros didáticos usados no trabalho, aquisição de cultura por meio de literatura e cursos ao longo da formação e após. E saberes provenientes de sua própria experiência na profissão, na sala de aula e na escola. Estes apropriados e refletidos a cada atuação no campo da educação.

Sabe-se que esses saberes vão influenciar a concepção de Educação Integral do professor. Deste modo, na ETI o corpo docente, a priori deve ter em mente a reflexão

sobre a necessidade e importância do desenvolvimento integral dos alunos, de modo que os planejamentos, os projetos, as atividades precisam estar engajadas para articular as oportunidades de promover a formação integral. Saber fazer integração entre as disciplinas da base comum com as atividades complementares, de modo que haja interdisciplinaridade entre os conteúdos das disciplinas e para que as atividades extras não fiquem soltas, simplesmente elas por elas, mas construindo sobre os saberes populares a ciência acadêmica.

Nas escolas, o docente não deve exercer sua função sozinho, é de extrema importância que haja na formação continuada de professor discussões coletivas profundas sobre a importância da cooperação com os outros professores, diálogos abertos, exposição de ideias, propor superação de desafios, discussões de projetos, proposição de estratégias, metas e objetivos comuns. Isso, para que de forma colaborativa crie-se uma rede intensa de saberes ligados, dentro dos muros da escola provocando os próprios alunos a realizarem questionamentos que mais tarde poderão conduzir estes saberes para fora da escola, cumprindo assim o papel emancipador da instituição de ensino.

A LDB 9304/96, em seu Art. 25, mostra que o professor tem o papel de conhecer seu aluno, ou seja, é preciso ter uma noção, de sua cultura, dificuldades de aprendizagem, classe social e principalmente o nível de acesso aos bens culturais da humanidade, pois, só assim poderá elaborar planos de aula atraentes, que gerem interesse nos alunos, elaborar metodologias ativas, abordagens diferenciadas e estilos de projetos para poder aplicar em sala de aula, de maneira a alcançar todos os alunos que compõe a turma.

Quanto mais tempo de aprendizagens e experiências positivas e significativas o aluno passa com seu professor, ou sejam, com o profissional que conhece a sua turma, maior é a possibilidade de uma formação integral de qualidade, e transformadora. As informações acumuladas historicamente, hoje são instantâneas e isto faz com que a demanda educacional seja muito rápida, um mundo conectado formando uma sociedade do conhecimento³.

³ O mundo é globalizado, envolvido em tecnologias. Desde a década de 70, no Japão já se falava sobre esta rede de conhecimentos, e por tal motivo nasce o termo sociedade do conhecimento, pois no decorrer dos anos todos tem acesso ao científico e suas divulgações.

E por causa desta demanda o professor deve sempre buscar contribuir com a formação e o desenvolvimento da turma, tentando estar alguns passos a frente de seus alunos, mesmo sabendo que nem sempre isso é possível.

Cavaliere (2007, p.8), citando Dewey, afirma sobre o ato de educar:

[...]educar é tecer relações entre os indivíduos e a cultura que os envolve de forma que se tornem capazes de distinguir as situações, nessa cultura específica, que estão a exigir mudanças; é também torna-los capazes de agir para a realização dessas mudanças” ”são as experiências partilhadas ou conjuntas que adquirem real significado[...]

Pensando nessa formação, o atual Plano Nacional de Educação (2014-2024), na meta 14, defende a importância de propiciar ao professor uma formação pedagógica aprofundada e a elevação gradual do seu conhecimento, proporcionando ferramentas para que o professor tenha acesso, possa permanecer estudando e se capacitando.

Defende-se que a formação do docente deve contemplar questões complexas, dentre essas a discussão sobre a importância da organização do tempo e espaço escolar e sua influência na formação integral dos alunos.

2.2 A ORGANIZAÇÃO DOS TEMPOS ESCOLARES

Para que a Educação Integral aconteça nas instituições de ensino público ou privado, não é condição que a escola seja de tempo integral. Entretanto, por necessidades da comunidade escolar que muitas vezes não tem com quem deixar seus filhos e diante dos quadros de evasão escolar, reprovação, distorção idade/série, dificuldade intelectual dentre outros, foi iniciada no Brasil a proposta da ampliação do tempo em que o aluno passa na escola. Isso, para tentar suprir os desafios que surgem no cotidiano da escola.

Assim, pensando em ampliação do tempo escolar, é necessário repensar como esse tempo está organizado na escola. Nesse sentido, a proposta de Educação Integral da Escola em tempo Integral possibilita o aproveitamento do tempo com objetivo, com direcionamento pedagógico, com a responsabilidade de estabelecer conversas entre as disciplinas de base comum e a diversificada.

Para efetivar essa ampliação do tempo escolar, o Plano Nacional de Educação (PNE⁴), na Meta 6, trata sobre a importância da Educação Em Tempo Integral, ou seja,

⁴ PNE – São metas e estratégias para a educação em dez anos (de 2014 á 2024)

a ETI é uma meta do Governo estabelecer mais escolas em períodos integrais. Para isso, o PNE atual visa, portanto, a criação de escolas em tempo integral em, no mínimo, cinquenta por cento das escolas públicas brasileiras, de forma a atender pelo menos, vinte e cinco por cento dos estudantes da educação básica.

Essa ampliação visa obter melhores resultados educacionais, ou uma adequação da escola na sociedade onde ela está situada, observando as mudanças familiares e o avanço da autonomia da mulher no mundo. Afirma Cavaliere (2007, p. 1016) que a “ampliação do tempo como parte integrante da mudança da própria concepção de educação escolar, é papel da escola na vida e na formação dos indivíduos”.

E também como afirma Santos (2008, p. 7), que “é através da escola que as desigualdades de acesso seriam combatidas, tendo em vista o atendimento ampliado na participação do aluno nas instâncias democráticas da comunidade”. A instituição de uma formação científica deve ter esta característica de espaço democratizador, aberta, para todos de forma efetiva na comunidade onde está inserida. Cabe somente a escola organizar o tempo, para que possa de forma mais completa tentar compreender a estrutura e as representações desta sociedade (Cavaliere, 2007, p.3).

Para que a organização da escola de tempo integral aconteça da melhor forma possível. Arco - Verde e Ferreira (2001) apresentam a distinção entre dois tipos de tempo a que estamos subordinados, sendo eles o *Chrónos*⁵ e o outro *Kairós*. *Chrónos* diz respeito ao tempo social, o tempo cronometrado, que inclui a contagem cronológica. Neste tempo é onde serão organizados os períodos escolares tais como: férias, intervalos, hora atividade dos professores e uma infinita lista de itens a serem organizados conforme o relógio e o calendário.

Já o tempo *Kairós* trata sobre o tempo vivido, experimentado, aproveitado pelo ser humano de forma relevante. Representa o tempo subjetivo, vivenciado (ASSMAN, 1998). Este tempo onde se criam as relações pessoais e as possibilidades de novas oportunidades dentro e fora dos muros da escola, produzindo uma escola que interage com a comunidade, atuando no desenvolvimento do indivíduo.

Portanto, na EI e na Escola em Tempo Integral (ETI) as oportunidades de desenvolvimento e aprendizagem devem ser relevantes para que ocorra o

⁵ *Chrónos*: deus grego do tempo (objetivo, cronológico, contado). *Chrónos*, incitado pela mãe e ajudado pelos irmãos, castrou o pai (*Urano*, o céu), separando-o de sua mãe (*Géia*, a terra), tornando-se o primeiro rei dos deuses.

aproveitamento do tempo cronometrado com o tempo de qualidade, propiciando essa regulação temporal para que a cultura do saber seja apropriada pelos alunos.

A junção da qualidade do tempo disponível, trás uma reflexão de como é possível aproveitar o tempo e o espaço escolar, buscando-se a Educação Integral que se torna uma ferramenta. Deve se criar meios para que o individuo tenha a possibilidade, de acordo com Fank (2010) de se apropriar da cultura e do conhecimento de forma diversificada, sistematizada, teorizada, praticada, vivida e experienciada.

Quando o número de horas na escola é ampliado de forma qualitativa todo o período escolar se torna recheado de oportunidades de exploração, vivências e ressignificados para todos os atores envolvidos na relação de aprender e ensinar.

2.3 O TEMPO DO ALUNO COM A FAMILIA

A instituição familiar, como era vista a anos atrás, e como ela é vista hoje, em suas diferentes configurações não deve ser classificada em "estruturadas" e "desestruturadas", já que há muitos fatores envolvidos na discussão sobre a relação do aluno com a família, como por exemplo o aumento no número de divórcios, relações de gênero e as mudanças econômicas, sociais e políticas que tem criado novas formatações na organização familiar.

Sobre essas modificações, afirma-se que a demanda de novos saberes, a velocidade da comunicação por meio das tecnologias, as jornadas extensas de trabalho, os horários escolares modificados e as atividades extraescolares, tem feito com que as relações se modifiquem tornando muitas famílias cada vez mais ocupadas e distraídas com seus afazeres. Desse modo, o tempo familiar que era primordial se torna escasso, faltando tempo dos pais com os filhos e dos filhos com os pais. Por meio disto se faz necessário que as relações sejam restauradas. Assim, o tempo de qualidade do núcleo familiar é necessário para a criança e o adolescente, no desenvolvimento da relação pessoal, na aquisição de valores, momentos de diálogo aberto, tempo livre junto, para construir uma relação forte e saudável.

Quando não há essa relação familiar, isto se resulta em atitudes negativas como o fracasso que leva a evasão, a indisciplina, a impaciência, a necessidade de chamar a atenção do professor, ou um caráter fragilizado onde o aluno não aceita críticas ou quando se estabelece um caráter autoritário extremamente fechado. Quando existe um

micro tempo de “relação familiar”, não são colocadas regras, pois há uma falsa necessidade de suprir o tempo perdido com tempo sem o bom senso, que parece com liberdade, porém na realidade é o contrário.

Falar sobre a relação entre família e a Escola de Tempo Integral (ETI) é um desafio, pois ampliar o período dentro dos muros da escola, envolve transformações, no corpo docente, e na ampliação e realocação da estrutura física. Com a implantação do tempo integral na instituição de ensino se tornou extremamente necessário pensar no tempo do indivíduo com a família, os vizinhos, e todas as pessoas extraescolares que ele convive.

A Constituição Federal de 1988 em seu Art. 205 diz que [...] a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Portanto é necessário pensar no tempo familiar com a criança, por que a mesma necessita desta convivência para a sua formação integral.

Ao longo dos anos é visível a importância da família nas escolas e o tempo de convivência das crianças e adolescentes no núcleo familiar. Está pautado no ECA em seu Art. 4º que “é dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Poder Público assegurar com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à liberdade e a convivência familiar e comunitária”.

No estudo de Polonia e Dessen (2005, p. 307) se afirma a teoria de Vygotsky, que aponta que os fatores sociais e culturais influenciam diretamente as relações pessoais e o desenvolvimento intelectual do ser humano. Então segundo as autoras ressalta-se o poder de influência da família e a interação com a comunidade para o aprendizado escolar. “As relações entre a família e a escola apresentam padrões e formas de interação bem peculiares que precisam ser identificadas, apreendidas e analisadas com o intuito de propiciar uma melhor compreensão [...]”.

De acordo com o estudo desses autores, os atores da família são exemplos diretos, onde aqueles se espelham neles e criam e recriam suas crenças, valores e cultura. Assim, os pais necessitam desenvolver seu papel, ou seja, suas obrigações com o desenvolvimento integral das crianças, participar das atividades escolares como:

Reuniões, Construção do Projeto Político Pedagógico, conselhos de classe e assim contribuir, produzir estímulos para que a relação ensino aprendizagem aconteça de forma mais efetiva dentro da escola e em casa.

Para isto é intrínseco que a família esteja engajada com a instituição de ensino, uma vez que a relação próxima irá fortalecer e favorecer o desenvolvimento integral do aluno.

2.4 A ORGANIZAÇÃO DOS ESPAÇOS ESCOLARES

Tão importante quanto a discussão sobre o tempo escolar é a discussão sobre a organização do espaço escolar, na Grécia, as “aulas” eram ministradas em lugares públicos, depois em casas, e ao longo dos anos em salas de aula, então foi-se entendendo que o ambiente escolar contribui para a aprendizagem. Para isto afirmam Beltrame e Moura (?, p.4) que:

O importante dessa trajetória da educação e suas edificações são as reflexões acerca do desenvolvimento humano e a busca na forma de adequar a prática educativa com o ambiente em que o aluno está inserido na busca do equilíbrio entre espaço físico e atividades pedagógicas visando o desenvolvimento integral.

Nesse sentido, para que ocorra uma educação de qualidade é fundamental a organização de espaços que possibilitem a aprendizagem efetiva, o desenvolvimento integral, o acesso e a autonomia do indivíduo. Segundo Ribeiro (2004), o espaço escolar tem o dever de ser coerente, para que possa ser desenvolvida a prática docente, propiciando possibilidades e pontuando limites.

As DCN's (Diretrizes Curriculares Nacionais) de 2010, no art. 48 apontam que cabe as redes de ensino, prover os recursos para a ampliação dos tempos e por consequência os espaços direcionados para a formação dos alunos, assim como, a igual distribuição dos materiais didáticos e escolares. O ambiente escolar necessita de aspectos que produzam o bem-estar do aluno, como: ventilação, visual, iluminação, acústica, segurança, situações térmicas e moveis adequados as idades dos alunos, prevenindo futuras lesões musculares e motoras.

Ribeiro (2004), em seu estudo, aponta que ao longo dos anos, devido ao aligeiramento da educação e as grandes demandas do alunado, foram criadas salas

emergenciais, em contêineres, barracões e salas de madeira, ambas de baixo custo e de caráter provisório. Todas as estruturas escolares têm seus significados e seus símbolos e isto possibilita ou prejudica o aprendizado e o desenvolvimento cognitivo e motor dos alunos. Os espaços são cheios de significados e um ambiente adequado propicia a interação entre os alunos, os professores e o conhecimento de uma forma aberta, clara, respeitosa, possibilitando a colaboração dos diversos atuantes daquele ambiente. Assim as salas de aulas, as salas temáticas como salas de leituras, informática, arte, música, artes marciais, canto, dança, brinquedoteca e laboratório de ciências, devem ser estruturadas. Esses ambientes auxiliam a produção e reprodução do conhecimento científico.

As DCN's de 2010, no art. 48 apontam que cabe as redes de ensino, prover os recursos para que de fato ocorra a formação integral dos alunos. Sabe-se que a ampliação do tempo e dos espaços direcionados para a formação dos alunos, assim como a igual distribuição dos materiais didáticos e escolares tem contribuído para essa formação.

Considerações Finais

Os estudos realizados por autores da área da educação têm evidenciado a importância de se compreender o ser humano como um ser integral e que necessita de estímulos em todas as áreas inerentes a vida humana. Na vida familiar, necessitamos do convívio com aqueles temos como referencial, para ter supridas algumas carências e obtermos a motivação para continuar a nos desenvolvermos. Na vida comunitária, onde interagimos com o meio, aprendemos a respeitar as diferenças, adquirimos culturas diferentes da cultura de origem.

O desenvolvimento integral do aluno deve ocorrer na educação formal e esta deve se dar de tal forma a promover a emancipação, para que a pessoa possa ser um agente transformador do meio onde vive, como exemplo dessa formação, tem-se o ensino integral proposto pelo Programa Mais Educação. Mediante as análises dos documentos fornecidos pelo Ministério da Educação, subentende-se que o Programa do governo Federal tem como proposta a formação efetiva do ser e a possibilidade de uma formação integral. Espera-se a partir das entrevistas em desenvolvimento, evidenciar

elementos importantes e características da formação ofertada no Programa Mais Educação.

Agradecimentos

Agradeço a minha namorada Hellen, minha família e a minha orientadora de tcc.

Referências bibliográficas

ASSMANN, Hugo. Reencantar a Educação - Rumo à Sociedade. Aprendente. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998, 4ª ed. 2000. 3 SENGE, Peter M. A quinta disciplina.

BELTRAME, Mauria Bontorin. Moura, Graziella Ribeiro Soares. Edificações escolares: Infra-estrutura necessária ao processo de ensino e aprendizagem escolar.

Disponível em:

http://www.unioeste.br/prppg/mestrados/letras/revistas/travessias/ed_006/EDUCA%C7AO/PDF/EDIFICA%C7%D5ES%20ESCOLARES.pdf

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da Republica Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

_____, Lei de Diretrizes e Bases (LDB). Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996

_____, Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA): Lei federal nº 8069, de 13 de julho de 1990. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 2002.

_____, Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024: Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014. 86 p.

CAVALIERE, Ana Maria Villela. Educação Integral: Uma nova identidade para a escola Brasileira? Educ. Soc., Campinas, vol. 23, n. 81, p. 247 – 270, dez. 2002.

Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>

_____. Tempo de escola e qualidade na educação pública, Educ. Soc., Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 1015-1035, out. 2007.

FANK, Elisane, Escola em Tempo Integral e a Educação Integral: Algumas reflexões de contexto e de concepção.

FERREIRA, V. M. R.; ARCO-VERDE, Y. F. S. Chrónos & Kairós: O tempo nos tempos da escola. Educar, Editora da UFPR, Curitiba, 2001. n. 17 p. 63 – 78.

Freire, Paulo. Os processos democráticos da educação nos diversos graus do ensino e na vida extra-escolar. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Rio de Janeiro, v.25, n.62, abr./jun. 1956. p. 3-16.

GIL, Antonio Carlos. Entrevista. In: *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008. Disponível em <<https://ayanrafael.files.wordpress.com/2011/08/gila-c-mc3a9todos-e-tc3a9cnicas-de-pesquisa-social.pdf>>. Acesso em 10 de março. 2016

Polonia, Ana da Costa. Dessen, Maria Auxiliadora. *Em busca de uma compreensão das relações entre família escola*. Vol. 9 nº 2 Campinas Dec 2005

SANTOS, F. F. F. Uma concepção de Educação Integral em Tempo Integral. UFRJ: rio de Janeiro, 2008.

TARDIF, M. Saberes docentes e formação profissional. 9 ed. Petrópolis: Vozes, 2002.